



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA**

PRESIDENTE: ÉRIKA HILTON

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/08/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Na qualidade de Presidente da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da 5ª Audiência Pública Virtual que tem como tema “Agosto Indígena: A Luta por Direitos dos Povos Indígenas.”

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.com.br e nos *links* Auditórios *On-line*. Diante do agravamento do quadro da pandemia no Município de São Paulo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, expediu o Ato que suspende a realização de eventos presenciais nas dependências da Câmara Municipal. Por essa razão estamos fazendo esta audiência totalmente *on-line*, por conta desse Ato e também da pandemia, que está grave na nossa cidade.

Inicialmente quero agradecer à Sra. Chirley Pankará, companheira de longa data, por ter trazido ao nosso mandato e a esta Comissão, essa pauta importante, urgente e necessária sobre os direitos à vida, às políticas públicas das populações indígenas no Município de São Paulo. Não apenas no Município de São Paulo, mas em todo País. Sabemos o quanto a violência, o racismo, o etnocídio tem atacado os direitos e a vida dessa população. Sabemos do agravamento disso com a gestão do Presidente Jair Bolsonaro. E nos colocamos aqui, através da Comissão de Direitos Humanos e com um grupo de Vereadores que compõem essa Comissão, ao lado dos povos indígenas, para que se faça valer suas vozes, para que faça valer seus direitos e que possamos atuar de forma coletiva dentro da Câmara Municipal em prol dos direitos dessas populações e das indicações tão importantes que são apresentadas.

Não vou me alongar muito. Vou passar a palavra aos nobres Vereadores que compõem a Comissão, para que possam fazer suas saudações e seus pronunciamentos. Em seguida passarei aos senhores convidados, pessoas que, de fato, nós queremos ouvir, aprender e dar as contribuições nesta audiência.

Com a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Quero cumprimentar a nobre Vereadora Erika Hilton pela iniciativa de termos hoje a presença dos representantes dos povos

indígenas. Temos em São Paulo duas terras indígenas: a Guarani, localizada na zona Sul e zona Oeste, e as terras indígenas Jaraguá onde vivem 1.711 pessoas, além de uma população indígena distribuída nos mais diversos lugares da Cidade.

Tenho estado nessas vilas, tanto em Parelheiros como no Jaraguá. E é importante que venhamos assegurar os seus direitos.

Quero dar as boas-vindas aos representantes. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Com a palavra a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada. Boa tarde a todos. É uma enorme alegria estar aqui, serei muito breve. Eu digo – para quem me pergunta como tem sido a minha experiência na Câmara – que estou muito feliz. Tenho aprendido muitas coisas. Óbvio que existem desafios, mas o meu aprendizado tem sido enorme. Uma das coisas que eu já vinha aprendendo antes e que está se consolidando é, por exemplo, a questão indígena. Fui formada, sou uma mulher com 60 anos, e na minha época de criança a gente chamava de índio. Não indígena. Falávamos: “Esse é um programa de índio”. Hoje reconheço a fala, absolutamente preconceituosa que eu tinha. E que é uma alegria enorme poder sair do viés inconsciente, sair da minha ignorância com relação aos povos indígenas. Me desculpar e olhar para frente e poder, agora, ouvi-los e aprender. Enfim, trabalhar na medida em que possamos fazer uma melhor inclusão de todos os povos indígenas, de todas as pessoas, como bem disse meu colega Vereador. Temos povos indígenas em São Paulo, tão próximos e nós, de alguma forma, como sociedade, escolhemos não vê-los.

Estarei muito atenta e quero continuar aprendendo. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, nobre Vereadora Cris Monteiro.

Questiono se os Srs. Vereadores: Sidney Cruz e Paulo Frange estão presentes.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Sra. Presidente, até o momento, não.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito. Sendo assim, passemos aos senhores convidados, que são as pessoas mais importantes neste momento, para que possamos colher as demandas que forem trazidas e, junto à Comissão, encaminhar ao lado dessa população, suas devidas necessidades.

Peço que se atentem ao tempo. Será dado sete minutos de fala para cada convidado. Peço, por gentileza, que prestem atenção, para que todos possam falar. Na hora em que estiver sendo concluído o tempo, pedirei à Mônica que dê um alô, pedindo que o orador conclua, sendo esse o sinal de que o tempo está se esgotando para aquele que está em pronunciamento.

Tendo dito isso, convido o Tiago Henrique, Guarani da Terra Indígena Jaraguá, para que faça uso da palavra. Seja muito bem-vindo, Tiago. (Pausa)

Encontra-se presente?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Vereadora, desculpe um pouco a confusão, mas o Tiago é o intérprete de Libras.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Tudo bem. Obrigado pela presença Tiago, nosso intérprete de Libras, nos ajudando com a acessibilidade nesta audiência.

Passo a palavra, então, ao Sr. Richard Vera Poty Gabriel, Guarani da Terra Indígena do Jaraguá.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Vereadora, é o Márcio quem falará por ele. Pode abrir seu microfone.

O SR. MÁRCIO – Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito. Seja muito bem-vindo Márcio.

O SR. MÁRCIO – Agradeço o convite, mesmo sendo em cima da hora, mas é sempre uma oportunidade para falar um pouquinho do território do Jaraguá.

Nós lutamos muito para que nossos direitos, nesse território, sejam reconhecidos. Desde sempre são lutas que temos enfrentado, em diversos tipos de dificuldades que temos: na área de Saúde, nos direitos sobre o nosso território, na área de Educação.

É muito gratificante para nós ver que algumas autoridades, principalmente Vereadores que acompanham de perto nossa realidade, tais como o Suplicy, V.Exa. mesmo, a Chirley, e sei que tem outros Parlamentares que acompanham nossa luta.

Quero dizer que o território do Jaraguá é atingido de diversas formas. Temos muita dificuldade em relação aos empreendimentos que, cada vez mais, estão nos assolando, vindo com tudo, à beira da nossa área, sem consulta, sem reconhecer nossos direitos originários, quais sejam, os direitos de vida do modo Guarani, dificultando muito nosso modo de vida e nosso modo de organizar o próprio território e nossas comunidades ao redor.

Esse é um ponto chave, mas quero ressaltar a importância de estarmos discutindo a questão do PL 181, do Cinturão Verde Guarani, que nós sempre discutimos bastante e entendemos que, para reconhecimento dos nossos direitos, bem como os direitos aos trabalhos que temos exercido dentro do território do Jaraguá, seria muito importante a pauta desse projeto inserir a luta desse nosso povo do Jaraguá, porque, dentro desse PL, que caminha há tantos anos, e temos lutado tanto para sua aprovação, que se baseia no modo de vida Guarani e no qual temos desenvolvido em todas as áreas, de saneamento, de agricultura, do nosso modo de vida. Temos necessidade de uma educação diferenciada, a saúde diferenciada também e tudo se resume nesse projeto que está na Câmara.

Mesmo tendo muito empenho e muito diálogo com a Prefeitura, ainda é muito complicada essa aprovação e esse direito de reconhecimento do território. Então a demanda que eu colocaria aqui, hoje, é a dificuldade que temos com relação a esse PL, pelo qual lutamos e através do qual o Município reconheça direitos do território do Jaraguá. Creio também, da aldeia Tenondé Porã, porque a gente luta junto.

E que esse PL, que esse direito seja reconhecido pelo Município de São Paulo, para que nós, com base nisso, tenhamos garantias de proporcionar projetos sustentáveis, projetos de garantia à cultura, de garantia à sobrevivência de modo sustentável para o povo indígena do Jaraguá. Então, ressalto a importância dessa nossa luta de base de lideranças junto à comunidade e que possamos caminhar no sentido da aprovação desse PL, que é a

base da nossa luta, no Jaraguá.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Excelente. Muitíssimo obrigada, Márcio, pelas contribuições importantíssimas.

Então, convido agora, para fazer uso da palavra, a queridíssima Chirley Pankará. Chirley, meu bem, seja muito bem-vinda e obrigada.

A SRA. CHIRLEY PANKARÁ – Boa tarde a todas, a todos e todes. É uma gratidão estar aqui com pessoas tão maravilhosas; com os meus parentes indígenas, que são referências para mim; com a Vereadora Erika Hilton e com Eduardo Suplicy, pessoas que me mantêm, neste momento, acreditando na política do País. Vocês me dão essa força, essa inspiração, porque vocês também são base, vocês ouvem as pessoas. Então, isso nos faz acreditar, um pouco, nesses espaços que são tão sombrios.

Estou trazendo para vocês o Agosto Indígena, que está sancionado pelo Estado de São Paulo. Eu, enquanto Codeputada Estadual, pelo mandato coletivo da mandata ativista, protocolamos esse projeto que foi sancionado e, agora, estamos na Câmara Municipal com a grande Vereadora Erika Hilton e é isso. E nos colocamos, povos indígenas, nesses espaços, porque as pessoas nos veem no olhar da invisibilidade, elas nos invisibilizam. Então, quando a Vereadora falou sobre a questão: “Ah, é um programa de índio”, qual é o programa de índio que as pessoas costumam dizer? Que ir na mata é coisa ruim, que tomar banho no rio é coisa ruim, então por isso que atribuem essas palavras. E muitos percebem essas palavras como sendo algo naturalizado dentro de todos os espaços, dentro dos espaços educacionais. E nós ouvimos isso até hoje, e não é natural, porque uma palavra pode gerar grandes violências. Já começa com isso, quando você começa a fazer piada com as pessoas e as pessoas falam: “Ah, mas é só uma brincadeira”. Eu costumo falar para as pessoas: “Isso não é uma brincadeira. Isso não é sadio”. Então, você começa brincando. Tem o cabeça-chata, a pequenininha, o nariz assim ou tal. Isso não é uma brincadeira, gente. Isso se configura, futuramente, em violências que nós estamos vendo aí todos os dias, que são as violações do nosso território. Quando eu falo em território, eu falo também como nosso corpo. Como foi o

tema da Primeira Marcha Nacional das Mulheres Indígenas: Território, Nosso Corpo, Nosso Espírito.

Então, o nosso território, o nosso corpo também é o nosso território e não deve ser violado. Então, com isso trazer, para dentro desses espaços, essa formação por meio dessa lei, essa formação, essa informação e que chegue a todos os espaços, os espaços da Saúde. Eu cheguei aqui para me vacinar e a mulher perguntou para mim: “Ah, mas aqui não tem aldeia perto” e eu acabei não sendo vacinada pela questão da prioridade enquanto indígena. Eu esperei chegar a idade para me vacinar, porque a pessoa desconheceu completamente. Então, está faltando essa informação nos espaços. Outra pessoa foi vacinar e a pessoa disse: “Ah, eu vou colocar você como parda porque não tem a sua etnia”, porque tem uma portaria do SUS que consta, mais ou menos, umas vinte etnias e nós somos mais de trezentas etnias. Então, quando a pessoa chegou lá e falou: “Eu sou indígena”, a pessoa foi lá e buscou no relatório de raça e cor e não encontrou a etnia da pessoa nesse requisito raça/cor e, aí, automaticamente gerou o etnocídio, porque ela falou: “Eu vou colocar você como parda”. Então, isso é uma violência, porque a quem interessa invisibilizar os povos indígenas? A quem interessa nos banir desta sociedade? Então, por isso que trazemos uma série de demandas.

Eu quero ouvir os parentes. Eu estou aqui com essa mediação para darmos voz para os parentes para, aí, podermos conversar e sei que as falas dos meninos trarão muitas palavras que eu me sentirei contemplada. Então, mais uma vez, gratidão.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Nós que agradecemos, Chirley. É sempre muito enriquecedor te ouvir e é muito gratificante poder caminhar ao seu lado em prol de mais direito, visibilidade, contra o etnocídio.

Informo, também, que nós recebemos essas denúncias e estamos as encaminhando, para que essas respostas sejam dadas e para que essa violência contra os povos indígenas não seja mais cometida, porque para quem não é indígena pode parecer que é apenas um detalhe, mas quando nós nos atentamos e lutamos ao lado dos povos indígenas nós entendemos a brutalidade. Uma brutalidade que não acontece só agora. Acontece desde a

invasão das Américas, onde toda essa população é dizimada, violentada, subjugada e é nosso dever, enquanto legisladores, lutarmos ao lado dos povos indígenas pela valorização da vida, pelo reconhecimento de seus territórios e pelo fim do etnocídio. Estamos com a Chirley.

Acho que pulei o Paulo Karai. Tem a palavra, Paulo Karai.

O SR. PAULO KARAI – Boa tarde, primeiramente gostaria de agradecer a esta Comissão, a esta Casa, na pessoa da Vereadora Erika, pelo convite. Acho de extrema importância convidar os povos indígenas para se colocarem como pessoas de direitos, tanto nesta Casa, nesta Comissão, quanto em tantas outras comissões que existem na Câmara Municipal.

Saúdo todos os presentes... (Falha na transmissão.) Os Vereadores, principalmente o Vereador Eduardo Suplicy que tem abraçado a causa indígena desde sempre, desde que se conhece como um político tem levado nos braços a questão indígena, não só municipal, mas estadual, federal, como Senador lutou bastante pela causa indígena.

Agradeço as pessoas presentes aqui e quero, também, dedicar esta fala, esta apresentação a tantas lideranças que já foram assassinadas ao longo de 521 anos. Vou reforçar algumas pessoas, por exemplo, Marçal Tupã-i; Xicão Xukuru; Kretã Kaingang; Paulo Paulino Guajajara; Oziel Terena e tantos outros que não dá para citar porque foram muitos genocídios ao longo de 521 anos.

Então é só para lembrar um pouco da questão indígena a nível nacional e histórico. Posso citar também a invasão europeia, quando começou toda essa atrocidade contra os povos indígenas, roubo de materiais preciosos, massacre, genocídio e isso foi seguindo ao longo do tempo. Os povos indígenas conseguiram, derramando muito sangue, chegar até a Ditadura que também trouxe mais a questão da morte, expulsão dos povos indígenas dos seus territórios. Chegamos até os tempos atuais lutando, nossos parentes, tantas lideranças que foram assassinadas em todo esse tempo.

Através desse derramamento de sangue conseguimos algumas conquistas de direitos, principalmente quando se fala na Constituição Federal de 1988, que traz os artigos

231 e 232, que garantem a demarcação das terras indígenas, reconhecem o território como tradicional dos povos indígenas.

Podemos falar da Convenção 169, que prevê a consulta dos povos indígenas. Podemos falar do Dia Internacional dos Povos Indígenas, que também foi uma conquista do movimento indígena ... (Falha na transmissão.) ... que reconhecesse a luta dos povos indígenas. A declaração da ONU também foi uma grande conquista dos povos indígenas.

E tudo isso está acontecendo atualmente, principalmente a partir de 2010, quando há um retrocesso muito grande desses direitos, principalmente quando se fala em ofensiva dos latifundiários, os principais opositores da questão indígena, no Brasil, hoje. E essa ofensiva se torna em outros tantos ataques contra os povos indígenas. Podemos citar o marco temporal, que quer colocar um marco no reconhecimento dos territórios indígenas, muitos juristas já falam que não existe marco. A Constituição brasileira nunca trabalhou com marcos, ao contrário, o direito dos povos indígenas é anterior a qualquer outra Constituição que já existiu no nosso País, até mesmo da formação do próprio Estado brasileiro. Esse é o marco que deveria ser contado, não o marco de 1988.

Então, é isso. São tantos retrocessos, e agora tem o PL 490, da Câmara dos Deputados, que quer rever as demarcações das terras indígenas já reconhecidas, quer fazer a produção agrícola em terras indígenas sem consultas com os indígenas. E principalmente a PEC 215, que está engavetada, que também é um grande retrocesso contra os nossos povos. São tantos retrocessos em nível nacional.

E por que eu falo isso? A gente não quer que o mundo prossiga esse caminho, falando da questão dos retrocessos, porque a gente sabe o quanto o Município tem se engajado na questão dos direitos dos povos indígenas. O Sr. Márcio citou o PL 181, do Vereador Nabil, que trata do Cinturão Verde Guarani, da criação de políticas em questão ambiental e cultural para os povos indígenas, que já é conhecido pelo Plano Diretor da Cidade de São Paulo.

Então, é isso que a gente quer: a criação de projetos de políticas públicas

permanentes no Município de São Paulo. A gente também gostaria da reativação do Conselho Municipal dos Povos Indígenas, que está parado e sobre o qual a gente não tem nenhum respaldo tanto da Prefeitura, quanto desta Casa.

Eu tinha muitas coisas para falar, mas vou respeitar o tempo. Mas fica registrada a minha angústia como povo indígena de São Paulo.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Sr. Paulo, pelas suas contribuições

Tem a palavra o Sr. Thiago Henrique Karai Djekupé.

O SR. THIAGO HENRIQUE KARAI DJEKUPÉ – Boa tarde a todos. É muito bom estar na presença de todos vocês, Vereador Suplicy, também a Vereadora Erika, nossa representante na política.

Estou muito contente de estar com o Paulinho, o Márcio, da terra indígena Jaraguá. Também fiquei surpreso e feliz em ver o Emerson, o grande professor. Fico contente, pois já faz um tempo que a gente não se esbarra por conta da pandemia e toda essa correria de vida que nós temos.

Eu fiquei refletindo muito sobre o que eu poderia contribuir hoje, e acordei com um sonho que me incomodou demais. Nós vivemos um tempo em que o futuro de nossas crianças é muito incerto, já que o futuro de nós, adultos, também é, porque o mundo está passando por uma catástrofe que não era para ser vista como natural.

O que o ser humano está fazendo com o mundo é absurdo: estão brincando de deuses, estão desmatando pelo egoísmo, estão matando pelo egoísmo, estão fazendo corridas espaciais, estão pensando em bases na lua, em outros lugares, quando o nosso planeta Terra explodir ou pegar fogo e todo o desmatamento que está sendo produzido por esses grandes milionários, empresários, essas pessoas que têm uma ambição e um poder capital gigantesco, muitas vezes maior que PIB de países inteiros.

Mas quando nós, povos indígenas, lamentamos, choramos, gritamos,

reivindicamos o nosso direito sobre a terra tradicionalmente ocupada, quando vamos até o não indígena para expor a nossa cultura, a nossa língua, nossa crença, é porque nós estamos realmente vendo o fim do mundo se aproximar cada vez mais. O direito sobre a proteção da mãe terra é um direito de toda a humanidade.

Somos poucos que ainda protegemos a biodiversidade de todo esse planeta. Quando nós pedimos de forma amigável, não sei como se referir a esses que nos ameaçam, nós pedimos para que aprove um Projeto de Lei que garanta a nós, povos indígenas, ferramentas, políticas públicas que fortaleçam o nosso trabalho – com a preservação ambiental, com a preservação das nascentes, com a manutenção da biodiversidade, que nós protegemos, com o trabalho que é feito com a criação de abelhas nativas sem ferrão.

Quando nós, povos indígenas, pedimos para que o Estado brasileiro, para que a Prefeitura Municipal de São Paulo reconheça o nosso esforço e nos dê ferramenta, nos garanta políticas públicas, para que continuemos a fazer o nosso trabalho, o nosso papel, que é proteger a natureza, não somente para os povos indígenas, mas para toda a humanidade.

Nós estamos tentando afastar aquilo que o não indígena está trazendo cada vez mais próximo a nós: por exemplo, neve no nosso País; ou as geleiras derretendo nos outros países; ou a quantidade de queimada das nossas matas, não somente no Brasil, mas em todo o mundo, que vem ocorrendo cada vez mais forte. Vai chegar o dia em que nós não teremos mais o que fazer, se continuarmos curvados à ambição de uma minoria que só pensa no seu próprio ego, não consegue enxergar o futuro de outros. Essas pessoas que hoje estão em outros países onde o clima ainda está um pouco melhor, ou que estão nos seus apartamentos com ar-condicionado, ou que já tem bases terrestres garantidas, bases em outros países, esperando a catástrofe natural acontecer e achando que vai sobreviver a isso.

Mas nós, povos indígenas, estamos aqui, rezando para que o céu não caia, cantando para Nianderu perdoar toda essa maldade que o próprio não indígena causa àquilo que foi criado, que era para vivermos em harmonia. Era para nos entendermos como natureza também.

Quando nós pedimos para que a Prefeitura de São Paulo reconheça o Projeto de Lei Cinturão Verde Guarani não é para que nós façamos qualquer mal ao não indígena. Muito pelo contrário. É para que, com a nossa força de vontade, a nossa sabedoria, o conhecimento ancestral que foi dado aos povos indígenas continue sendo colocado em prática e continuem garantindo, para todas as gerações, uma esperança de um futuro.

Então agradeço esse espaço. E peço para que a Prefeitura de São Paulo, se tem interesse em reconhecer a língua Guarani como língua oficial de São Paulo, se tem interesse em respeitar a cultura indígena, que apoie o nosso Projeto de Lei – que vem da base, que vem dos nossos territórios. E hoje há diversos vereadores como coassinantes desse Projeto de Lei que vai beneficiar toda a cidade de São Paulo. E eu ainda penso muito mais alto: beneficia o mundo, a humanidade, porque preservar a natureza é preservar o futuro.

Essa é a minha contribuição. Agradeço a oportunidade.

– Termina a fala pronunciando uma palavra em língua indígena.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Karai, por sua excelente colocação. E o nosso eterno agradecimento por essa proteção e esse cuidado com a terra, que, a despeito desse capitalismo feroz, que coloca o lucro acima da vida, e tem destruído o ar, a água e a floresta, nós temos os povos indígenas, guerreiros das matas, nos lembrando e nos colocando todos com o compromisso de defesa e manutenção da vida através da preservação do meio ambiente, que é tão importante. Que nenhum de nós nos esqueçamos. E a importância desse projeto que você também citou, do qual eu também sou comissão-autora. E nos comprometemos em levar e sustentar essa discussão aqui dentro da Câmara Municipal para esses devidos reconhecimentos sejam reconhecidos. Muitíssimo obrigada, Karai.

Convido agora, para que faça uso da palavra, Emerson Guarani.

O SR. EMERSON GUARANI – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço o convite. Um grande abraço aos parentes – Chirley, Thiago. Thiago, é sempre bom te ouvir. Thiago disse coisas muito importantes. Agradeço também o convite da Vereadora Erika Hilton e do Vereador Eduardo Suplicy e de outros parentes que participam do evento.

A questão é essa colocada tanto pelo parente Thiago quanto pela Erika. Estamos numa situação muito difícil. E eu acredito que a Câmara deva começar uma série de mobilizações para poder não somente discutir a questão indígena, mas a questão da preservação de todos, como colocado pelo Thiago. Nós estamos num momento muito difícil da história, em que grande parte da população indígena segue um genocídio continuado.

Estamos falando de genocídio, estamos falando de racismo, estamos falando de um momento delicado da história em que os povos indígenas estão sendo exterminados em todas as partes do Brasil – seja pelo covinício, pela ausência de vacina. Nós estamos vivendo uma realidade muito grande que é uma realidade de grande parte dos indígenas não terem sido vacinados, mesmo com a determinação do Ministro Barroso, muitos acabaram retornando para a aldeia, na esperança de ser vacinado, nesse movimento muitos indígenas já estavam contaminados e acabaram levando a doença para dentro das aldeias. É isso que eu chamo de covinício porque grande parte dos indígenas acabaram fazendo um movimento de retorno para as aldeias e acabaram não sendo vacinados nas aldeias também. Isso faz parte de um movimento pensado, parte do projeto de genocídio que começou há algum tempo e que não deixou de existir.

Eu, como professor da rede estadual, sou professor de Sociologia, titular de cargo na cidade de São Paulo, sei o que é bem esse movimento de os indígenas não estarem presentes nos livros, sei muito bem da ausência de uma discussão muito séria na hora de implementar leis como a Lei 11.645, sei muito bem o que é a ausência dos indígenas dos mapas de Geografia e nas disciplinas, sei muito bem da ausência dos indígenas nos livros de História, nas discussões da linguística, justamente, porque nós somos um País, onde me parece temos apenas a participação de uma língua do colonizador como parte de destruição

dos grupos étnicos, da linguística e da diversidade das 272 línguas indígenas em todo o Brasil. Isso é etnocídio. É parte de um processo ainda colonizador. Esse processo não terminou. Continua. É um processo muito bem pensado pelo Estado.

Estamos aqui numa dura tarefa de fazer com que a população indígena faça parte da história deste País. Para que isso ocorra, precisamos fazer com que essas discussões cheguem na sala de aula, seja através da Lei 11.645, seja através da mobilização do Agosto Indígena e que essas leis aconteçam e existam de fato no dia a dia das escolas. Nós estamos aqui numa dura tarefa de entender como terminaremos esse processo, que me parece não ter fim na história dos povos indígenas. Eu sempre digo que é como se a gente tivesse na sala de aula representados pelas outras caravelas. A escola pode ser uma grande caravela de ensino da história do colonizador.

Então, nós precisamos pensar muito bem como fazemos para que as aldeias indígenas façam parte da história oficial do Município de São Paulo, façam parte do currículo municipal e estadual, façam parte da história não só de São Paulo, mas que sejam parte de um processo de história que se amplia para 305 etnias no Brasil. Talvez nós sejamos um dos países que possuem uma das maiores diversidades de povos indígenas, mas ainda não nos demos conta, justamente, pelo preconceito, pelo racismo, pelas novas caravelas que se perpetuam pelo Brasil inteiro, pela discussão de um modelo econômico, que destrói e que se mobiliza contra diversas etnias indígenas do Brasil.

Nós não estamos só diante de uma discussão dos indígenas dentro dos livros. Nós estamos numa discussão de um modelo capitalista que exclui e extermina centenas de povos indígenas no Brasil.

Então, estamos tendo um modelo de reflexão, um modelo onde pensamos que temos Bancadas poderosas que lutam contra os povos indígenas, que trazem consigo o ódio, a ignorância, um modelo de nação do qual os indígenas não fazem parte, de um modelo étnico e de uma diversidade étnica onde grande parte dos indígenas não estão preocupados nem um pouco em trazer uma certa igualdade quando a gente pensa em nação. O que eu estou

colocando aqui é no sentido de que nós não queremos dividir nada. Até porque o que já temos foi fruto de um processo de divisão geográfica, de divisão em todos os sentidos.

O que eu quero dizer aqui é que quando a gente vê discursos de que “odeio essa ideia de nação indígena” é, justamente, para a gente pensar contra quem a gente precisa repensar, porque essa ideia de que “eu odeio os povos indígenas” é uma ideia construída historicamente e que a gente precisa, a cada momento, repensar, reorganizar e discutir isso não só na Câmara de Vereadores, mas como o Thiago colocou com uma ideia de pensar mesmo a presença de um novo povo.

Para terminar, eu costumo me lembrar de um texto do Eduardo de Castro, que a gente precisa pensar, por exemplo, como fazer para discutir o renascimento do nosso País, porque a gente fala muito do renascimento da Europa. Mas, precisamos renascer enquanto povo e parece que a gente ainda não se deu conta da diversidade; não se deu conta de que a gente precisa pensar, inclusive, que todo mundo é índio no Brasil, até que se prove que não é.

Então, nós temos muito para os povos indígenas aqui, mas temos também muito a ausência de se pensar essa presença dos povos indígenas do Brasil. Eu sei que não é um tempo suficiente, mas acredito que o recado está dado para todos.

Um grande abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Emerson, pelas suas ricas colocações e obrigada por nos lembrar da Lei 11.645, que é descumprida na cara das populações negras e das populações indígenas, sem que ninguém verifique porque esse ensino não está sendo apresentado nas escolas. E ainda temos de nos deparar com narrativas como a descoberta do Brasil ou a Princesa Isabel como a grande salvadora dessas populações.

A humanização e o resgate da história eram a ancestralidade desses povos. Isso também se dá através do ensino e da discussão, desde a primeira idade, e não nos colocarmos, enquanto povos indígenas ou populações negras, nos devidos lugares. Isso nos coloca nesse cenário de genocídio, nesse cenário de etnocídio, nesse cenário de precarização

da vida. E nós temos uma lei, que deve ser cumprida e não é cumprida, exatamente porque nossas vidas pouco valem em uma sociedade branca, capitalista, racista e preconceituosa.

Dando continuidade, gostaria de passar a palavra, então, a Pedro Pankararé.

O SR. PEDRO PANKARARÉ – Olá a todos. Boa tarde às lideranças indígenas e àqueles que nos chamaram para conversarmos um pouco.

Estamos aqui para fortalecer a luta e dizer também que já ouvi a fala de todo mundo. E dizer, em um português mais reto, que estamos em guerra. Tudo o que vem acontecendo, os problemas de clima. Tudo o que vem acontecendo hoje, os índios estão sendo atacados, o meio ambiente também.

E outra coisa, como já foi dito, o meio ambiente é questão de vida e é vida para todos. A situação não está boa, a gente está se organizando, porque o ataque está sendo muito direto. Uma questão, que é muito importante sempre reforçar, é que a gente é indígena aonde estiver. A gente é indígena na cidade, na aldeia, na universidade e isso precisa ser respeitado.

Estamos em 2021 e a gente ainda tem que estar falando sobre essas coisas. É uma situação lamentável e muito complicada. O que estou vendo é que depois que esse PL 490, por exemplo, foi aprovado na CCJ, algumas terras foram atacadas. Nós estamos muito preocupados, porque todos serão afetados: jovens, crianças, adultos, idosos.

A gente precisa de mais ações para que isso venha a mudar, porque é complicado. Eu vou usar um exemplo, a questão da vacina aqui onde eu estou não aconteceu por conta de ações que já foram feitas. Os povos daqui foram todos vacinados. Mesmo sem a autorização do Ministro, já tinha sido feita a ação. Como o Ministro fez, outros povos pediram apoio e a gente fez o apoio. É bem complicado ainda haver essa falta de respeito.

Eu vi indígenas dizerem que foram no CRAS e por serem indígenas eles não quiseram colocá-los; ou em UBS, falar que é indígena e responderem: “Não conta como pardo”, sendo que tem um campo que é obrigatório preencher.

Então, assim, a gente está pedindo mais respeito. Essa é uma questão que tem

que ser levada. Que o ensino da população indígena também seja levado nas escolas, porque, como já foi dito, é desde criança que a gente vai ensinando e é assim que vai se tendo respeito. Só que está complicado. Está muito complicado. A gente precisa cada vez mais se apoiar e apoiar os povos indígenas que estão precisando realmente desse reforço. A guerra está aí e a gente precisa cada vez mais combater isso.

Então, é mais ou menos isso que eu venho trazer. Estou hoje na correria, porque eu tenho que ir ainda para outra reunião, gente. Mas, eu quero agradecer muito e dizer que estamos aqui para que deem força e visibilidade para a gente. E que a gente não venha a cair no que está acontecendo.

É mais ou menos isso, gente. Muito obrigado. Um abraço a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muito obrigada, Pedro. Agora nós vamos para as pessoas que se inscreveram através do formulário ou do *chat* desta audiência.

Mas, queria comunicar que recebemos hoje, por meio de um formulário, que foi compartilhado com todos os presentes, um *e-mail* do grupo de trabalho Vacina Parente!. O *e-mail* informa sobre essas denúncias feitas com relação à vacinação ou à ausência da vacinação, por conta da desinformação que está perpetuada nos serviços de saúde e nos demais serviços do Município de São Paulo.

E esta Comissão se compromete a trabalhar arduamente para que esse requerimento chegue às mãos da Secretaria Municipal de Saúde, junto com essas outras demandas, que estão sendo apresentadas aqui e agora durante a nossa Audiência. Nós nos comprometemos com a luta e com as demandas dos povos indígenas, e também nos comprometemos com esse documento entregue pelo grupo de trabalho Vacina Parente!. Os Vereadores que porventura não tenham tido acesso, indico que procurem esse documento para que possamos atuar nesta Comissão conjuntamente para que a Secretaria de Saúde, e que se repare essa violência contra os povos indígenas.

Agora abrindo as inscrições, gostaria de convidar Augusto Luiz de Aragão Pessin.

Informo que o tempo para os inscritos – infelizmente temos um tempo cronológico,

adoraríamos que as pessoas pudessem falar o máximo possível, mas foge da nossa vontade – será de dois a três minutos aos inscritos pelo *chat* ou pelo formulário. Peço encarecidamente que se atentem ao tempo, para que não ultrapassemos o tempo previsto para esta Audiência.

Augusto Luiz de Aragão Pessin, a palavra está com você.

O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIN – Boa tarde. Venho enquanto cidadão. Eu me inscrevi mais para escutar. Fico muito feliz de ver Chirley Pankará, que compõe o movimento estudantil Levante Indígena na USP, no qual tenho a alegria de atuar como advogado, mas hoje venho falar como cidadão.

Por acaso, participei da redação desse requerimento que acaba de ser mencionado e agradeço muito pelo destaque, pois viramos noites para chegar nessa redação. Foi uma constatação que veio emergindo com muita força, nos últimos dias, e chegamos à consciência de que o fenômeno detectado, uma espécie de burocracia, silenciosa e sutil, foi algo que só posso caracterizar como genocídio que vem ocorrendo também em nível federal. É a maneira como está sendo descumprida a ADPF 709, pois várias pessoas narraram que estiveram nos postos de saúde e tiveram negada as vacinas, muitas vezes com comentários jocosos e racistas. E isso se deu por uma função específica do sistema público que foi a não publicação nos Plano Nacional e Municipal de Imunização da hipótese da prioridade estabelecida pela ADPF. Então, as pessoas se dirigiram aos postos e tiveram sua vacina negada por uma espécie de má função burocrática, e descobrimos que atuaram caso a caso pedindo vacina para as pessoas indígenas e os servidores iam comunicando por que não vacinavam. Naturalmente, não tinham advogado para entender qual era o teor da ADPF. E a função de informá-los era dos planos de imunização, mas não o fizeram. E a nosso ver é uma irresponsabilidade extrema, pois o tema foi amplamente noticiado. Não se pode dizer que foi sem querer ou por ignorância.

No Plano Nacional de Imunização foram excluídas especialmente a população indígena de contexto urbano, excluídas as pessoas indígenas onde a cidade invasora chegou. Foram excluídas como uma frase, e isso gerou um efeito em cascata, irradiador e nós não

temos como dimensionar neste momento. Mas sabemos de pessoas indígenas que tentaram vacinação depois vieram a falecer por contrair a Covid, pessoas indígenas que tiveram efeitos colaterais gravíssimos, como ataque cardíaco, acidente vascular cerebral, e uma série de outros efeitos. Vimos a denúncia no UOL e não temos como dimensionar, pois, foi feita também uma estatística e ainda não dimensionamos. Então estamos diante de uma coisa, mas nós não sabemos a dimensão.

Portanto, agradecemos a todos pelo esforço e compartilhamento para que juntos possamos entender do que se trata.

Agradeço novamente pela oportunidade de estar aqui com vocês e compartilhar esses conhecimentos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Muitíssimo obrigada, Augusto. Convido agora para fazer uso da palavra Taís Gregório. (Pausa).

Taís Gregório se encontra?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Ela está inscrita pelo formulário, mas está dizendo no *chat* que passa a sua vez.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então passo a palavra a Israel Raimundo dos Santos.

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Eu não lembro de tê-lo encontrado aqui, Vereadora.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito, a Taís não quer mesmo fazer uso da palavra?

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Ela está em trabalho, não pode usar o microfone e a câmera. Então, ela está seguindo pelo *chat*.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Perfeito. Então questiono se há mais algum inscrito neste momento, pelo *chat*. Alguém gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa)

A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER – Vereadora, quem está pedindo a

palavra é o Vereador Eduardo Suplicy.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Então o Vereador pode fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Muito bem, obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar mais uma vez por esta incrível Audiência, agradecer as presenças de Pedro Pankararé, Emerson Souza, Paulo Sérgio da Silva, Thiago Karai e Márcio.

E dizer que, diante dos inúmeros retrocessos impostos à luta dos povos originários no cenário nacional, com o avanço da discussão do marco temporal, o enfraquecimento da Funai, dos órgãos de fiscalização ambiental como Ibama e ICMBio, o recorde de queimadas afetando diversos ecossistemas e pressionando os limites das terras indígenas em todo o País, a cidade de São Paulo precisa avançar na implementação e consolidação das políticas públicas para os povos indígenas.

O Programa Aldeias é um exemplo incontestado de como a municipalidade é capaz de reconhecer e divulgar os preceitos que regem o modo de vida Guarani, o Nhandereko, programa sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura.

Os povos Guarani de São Paulo contribuíram fortemente na construção histórica da cultura paulistana, guardiões do patrimônio ambiental da Cidade. A sabedoria secular é pedra fundamental para difundir o modo de vida economicamente sustentável, responsável e integrado ao meio natural.

O Centro de Trabalho Indigenista, o Programa Aldeias promove ações de plantio da restauração florestal, das alternativas de saneamento ecológico, das trocas de saberes sobre culinária Guarani e tem fortalecido práticas tradicionais e, ao mesmo tempo, aproximado as comunidades de outras técnicas de agrofloresta e permacultura.

Na Câmara houve uma iniciativa de construção compartilhada do Projeto de Lei para instituir a política municipal de fortalecimento de cultura e de terras indígenas, do ex-Vereador Nabil Bonduki. O PL 181/2013 foi escrito a inúmeras mãos em parceria direta com os

povos Guarani que vivem nas terras do Jaraguá e Tenondé Porã.

Tem como objetivo garantir e promover o fortalecimento, a recuperação e a conservação das terras indígenas que incidem no Município de São Paulo, compreendendo-as como territórios constituintes da diversidade cultural paulistana, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e o fortalecimento cultural das atuais futuras gerações dos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. Dentre seus objetivos principais está a consolidação do Programa Aldeias em absoluto alinhamento com representantes das duas terras indígenas do Município, Jaraguá e Tenondé Porã.

Queremos propor ao Poder Executivo municipal a incorporação desse PL a uma proposição do próprio Executivo encaminhada a esta Casa no fim do primeiro semestre. Refiro-me ao PL 436/2021, que instituirá o Guarani como língua oficial do Município de São Paulo. Então, a partir do entendimento de que a Prefeitura, ao propor o PL da oficialização da língua Guarani, deu sinalização de atenção ao tema, e de que um projeto de iniciativa do Executivo tem perspectiva mais favorável de tramitação e aprovação no curto e médio prazo, avaliamos que poderemos consolidar a proposta de PL que reúna, sobre a qual pedimos apoio dos demais vereadores e vereadoras.

A nossa intenção é que, a partir da semana que vem, busquemos o diálogo com a liderança do Governo, Fabio Riva, a Casa Civil, o Prefeito Ricardo Nunes, e o Secretário de Cultura Alê Youssef para que possamos bem colaborar com a iniciativa do PL do Executivo. Assim podemos aprofundar os laços dos povos indígenas Guarani de São Paulo, garantir que esta Casa trabalhe pelo fortalecimento da sua cultura e respeito à soberania de suas terras, e também pense legislações que contemplem os povos indígenas em sua diversidade, como aquelas que lidem com a realidade dos povos indígenas em contexto urbano.

Gostaria de aproveitar para dizer, há pouco mais de um ano, quando Sebastião Salgado fez um apelo e mostrou em um vídeo a importância de preservarmos as florestas, seja a Floresta Amazônica, do Pantanal, aqui de São Paulo, foi muito impressionante. Ele deu uma

entrevista no programa *Roda Viva*, na TV Cultura, e acho que aquele apelo de Sebastião Salgado sempre teve uma interação muito forte com os indígenas; é muito forte e precisa ser sempre renovada.

Gostaria, Erika Hilton, de fazer um apelo no sentido de que, a partir desta Audiência, verifiquemos com a Secretaria da Saúde que efetivamente os indígenas Guarani estejam sendo devidamente vacinados. Se há algum atraso, é preciso acabar com esse atraso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Vereador Suplicy. Todas as sugestões muito bem colocadas. Esta Presidência se compromete a incorporar nesta Comissão tudo aquilo que foi trazido, inclusive, a questão apresentada pela companheira Chirlei Pankará de que a lista que existe nos espaços apenas contempla vinte etnias, enquanto o Brasil é muito mais plural e complexo do que apenas essas vinte etnias.

Levaremos adiante, através desta Comissão, as sugestões apresentadas pelo nobre Vereador Eduardo Suplicy e continuaremos atuando, ao lado dos povos indígenas, para que tragam as contribuições necessárias nos enfrentamentos de toda essa violência.

Questiono se a Vereadora Cris Monteiro gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente. Serei breve porque, como sempre, essas comissões de audiências públicas são um vasto aprendizado para mim. Fiquei bastante tocada, chocada, na ausência de palavras melhores, com a questão das vacinas. É absolutamente impensável que uma pessoa indígena vá a um posto de vacina e não receba a sua vacina. É um absurdo. Enfim, me faltam palavras.

Realmente, os senhores não me conhecem tão bem, mas a minha pauta desde o início da campanha é a educação. Acredito que no ambiente escolar é o lugar onde a gente tem a possibilidade de fazer com que nossas crianças conheçam os diferentes, vejam a diferença, aprendam com a diferença, gostem da diferença, brinquem, se tornem adultos melhores, não racistas, não misóginos, enfim, que sejam adultos decentes.

Penso que uma das coisas mais importantes para mim é que a gente leve ao

ambiente escolar de forma mais... (Falha na transmissão.) ...do Brasil, que é uma coisa – enfim, não sei nem como falar –, mas que leve ao ambiente escolar que, de fato, a importância dos povos originários aqui no nosso País, a sua cultura, a língua, a importância deles para o meio ambiente.

Acabei trazendo para dentro do meu gabinete a pauta do meio ambiente, embora eu tenha aprendido muito como tenho dito, mas a pauta do meio ambiente também tem sido muito cara para mim.

Fiz alguns programas, estive com Ailton Krenak – não sei se exatamente estou falando o nome dele correto –, num programa que fiz na Escola Shumacher, aprendi muito com ele. Cantamos músicas dos povos originários, diante da lua, foi um momento muito bonito para mim de aproximação com os povos originários.

O fato é que creio ser necessário fazer com que as nossas crianças hoje entendam a importância dos povos originários, aprendam a sua cultura, a cuidar do nosso planeta terra que os povos originários fazem tão bem, o quanto que a gente precisa aprender com eles.

Estou pensando e refletindo o que a gente pode fazer para que a educação escolar, de fato, receba essas informações, essa educação sobre a importância dos povos que já estavam aqui quando os homens brancos europeus chegaram.

Obrigada a todos. Foi um prazer escutá-los, aprendo sempre, como eu digo. Vamos trabalhar juntos com esta Comissão para fazer o melhor possível.

A SRA. PRESIDENTE (Erika Hilton) – Obrigada, Vereadora Cris Monteiro. Eu também agradeço a presença de todos que compareceram a esta Audiência Pública. Agradeço as contribuições diárias que são trazidas a esta Comissão, ao nosso mandato, para que a gente aprenda e se fortaleça na atuação dos povos indígenas todos os dias. Agradecemos essa riqueza humana, cultural, material que os povos indígenas carregam com eles, de forma tão generosa compartilham com todos nós para que a gente possa, sem sombra de dúvida, constituir uma sociedade mais equânime, mais justa, mais participativa.

Nós sabemos que a violência, as brutalidades e o apagamento que são cometidos

contra as nossas populações, os povos indígenas, as populações negras no Brasil, são históricos e brutais, mas nós estamos de pé, estamos em luta, em marcha pelo bem-viver, pela defesa da terra, defesa de nossas vidas.

Quero colocar esta Comissão e esta Presidência à disposição dos povos indígenas para que a gente possa levar adiante as políticas públicas que já estão em tramitação, dentro desta Casa, mas outras políticas que sejam emergenciais, urgentes e necessárias, que precisam ser apresentadas neste espaço.

Nesta Comissão de Direitos Humanos e neste mandato, sei que no mandato de outros Colegas que compõem esta Comissão também, os povos indígenas encontram as portas abertas para trazerem demandas e reivindicações que serão, sem sombra de dúvida alguma, incorporadas e nós atuaremos em prol das respostas de todas essas necessidades.

Agradeço pela presença, pelo debate, pela discussão, pelo compartilhamento de informações tão ricas e necessárias conosco aqui nesta audiência pública.

Reitero o meu compromisso na luta em defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas.

Estamos juntas e em luta pelo bem-viver e pelo reconhecimento de nossas humanidades que todos os dias são roubadas por um pensamento racista, colonialista, escravagista, que quer nos empurrar à morte, ao apagamento e ao silenciamento.

Enquanto um de nós, negros ou indígenas, estivermos de pé nós permaneceremos em luta.

Muito obrigada.

Declaro encerrada a presente audiência pública.